



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 11/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10247/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sra. Anete Peres Castro Pinto, Prefeita Municipal de Atalaia do Norte, à época.

6- Unidade Técnica: DICOP – Informação nº. 524/2015 (fls. 787/793) e DICAMI – Informação nº 1.096/2015 (794/797).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 816/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 749/771).

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

Ementa: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte. Exercício de 2012.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das Contas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO, recomendando ao Poder Legislativo Municipal a **DESAPROVAÇÃO das Contas Anuais** do Chefe do Poder Executivo Municipal de Atalaia do Norte, referente ao exercício de 2012, de responsabilidade da Senhora **Anete Peres Castro Pinto**, nos termos do art. 31, §§ 1.º e 2.º da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar n.º 06/91 e art. 1.º, I e art. 29 da Lei n.º 2.432/96, e art. 3.º da Resolução TCE n.º 09/87.

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 09 de Março de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 11/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro Convocado

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 11/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 11/2016 – TCE-Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 10247/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sra. Anete Peres Castro Pinto, Prefeita Municipal de Atalaia do Norte, à época.

6- Unidade Técnica: DICOP – Informação nº. 524/2015 (fls. 787/793) e DICAMI – Informação nº 1.096/2015 (794/797).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 816/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 749/771).

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte. Exercício de 2012.

Contas Irregulares. Revelia. Alcance. Multas. Representação. Prazos. Recomendação à Origem. Notificação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Exma. Sra. Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- Julgar IRREGULAR a Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal de Atalaia do Norte, referente ao exercício de 2012, de responsabilidade da Sra. **Anete Peres Castro Pinto**, na qualidade de ordenadora de despesas, nos termos do art. 22, III, “b”, c/c o art. 25, ambos da Lei n. 2423/96 e artigos 11, III, “a”, e 188, §1º, III, “a” e “b”, todos da Resolução nº 04/2002;

9.2- Julgar a gestora, Sra. **Anete Peres Castro Pinto**, Prefeita à época, **REVEL**, na forma do art. 20, § 3º, Lei nº 2423/96, por não ter apresentado documento e/ou justificativa no prazo estabelecido por este Tribunal de Contas, das Restrições contidas na notificação nº 01/2013-CI/DICAMI/ATALAIA DO NORTE/2012 e notificação 01/2013-CI/DICOP/ATL EXERCÍCIO/2012;

9.3- Considerar em ALCANCE a responsável, Sra. **Anete Peres Castro Pinto**, Prefeita à época:



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 11/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 11/2016 – TCE-Tribunal Pleno)

9.3.1 - pelo valor de R\$ **6.621.000,86** (seis milhões, seiscentos e vinte e um mil reais e oitenta e seis centavos), na forma do art. 304, da Resolução nº 04/2002-RITCE, referente às restrições contidas nos itens: “9.25”, “9.28”, “9.29”, “9.30”, “9.31”, “9.33”, “9.34” e “9.35” do Relatório-Voto, diante da apuração realizada na Informação nº 1096/2015-DICAMI;

9.3.2 - pelo débito apurado no valor de R\$ **9.541.412,30** (nove milhões quinhentos e quarenta e um mil quatrocentos e doze reais e trinta centavos), nos termos do art. 304 da Resolução nº 04/2002, descritos no item 11.a, 11.b, 11.c, 11.d do Relatório-Voto, conforme apuração realizada na Informação nº 524/2015-DICOP;

9.4- Aplicar MULTAS à Sra. **Anete Peres Castro Pinto**, Prefeita à época, nos seguintes valores:

9.4.1 - R\$ 2.192,06 (Dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), nos termos do art. 308, I, “a”, da Resolução nº 04/2002-RITCE, por não atendimento à diligência desta Corte de Contas;

9.4.2 - R\$ 13.152,36 (Treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), nos termos do art. 308, II, da Resolução nº 04/2002-RITCE, referente ao item 9.1 deste Voto que versa sobre a intempestividade na remessa via ACP dos Registros Analíticos dos meses de Janeiro a dezembro de 2012;

9.4.3 - R\$ 6.576,18 (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), nos termos do art. 308, II, da Resolução nº 04/2002-RITCE, pelo atraso no envio ao TCE/AM dos dados referentes ao RREO do 2º ao 6º bimestre de 2012, em relação ao item 9.15.1 do Relatório-Voto;

9.4.4 - R\$ 2.192,06 (Dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), nos termos do art. 308, II, da Resolução nº 04/2002-RITCE, pelo atraso no envio ao TCE/AM dos dados referentes ao RGF dos dois semestres, referente ao item 9.15.2 do Relatório-Voto;

9.4.5 - R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), nos termos do art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE, relacionados aos itens do Relatório-Voto: 9.1, 9.2, 9.3, 9.4, 9.5, 9.6, 9.7, 9.8, 9.9, 9.10, 9.11, 9.12, 9.13, 9.14, 9.15, 9.16, 9.17, 9.18, 9.19, 9.20, 9.21, 9.22, 9.23, 9.24, 9.26, 9.27, 9.28, 9.29, 9.30, 9.31, 9.32, 9.33, 9.34, 9.35 e 9.36 em consonância com a análise realizada pela DICAMI, e aos itens: 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 10.5, 10.6, 10.7, 10.8, 10.9, 10.10, 10.11, 10.12, 10.13, 10.14, 10.15, 10.16, 10.17, 10.18, 10.19, 10.20, 10.21, 10.22, 10.23, 10.24, 10.25, 10.26, 10.27, 10.28, 10.29, 10.30, 10.31, 10.32, 10.33 e 10.34, em relação ao apurado pela DICOP;

9.5- REPRESENTAR ao Ministério Público Estadual, enviando-lhe cópia integral do processo, para adoção de medidas que julgar necessárias, sobre as restrições não sanadas, contidas nos itens: “9.25”, “9.28”, “9.29”, “9.30”, “9.31”, “9.33”, “9.34” e “9.35”, à salvaguarda dos recursos públicos geridos pela Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte, art. 1º, XXIV, da Lei 2.423/96 c/c art. 71, IX, da CF/88;

9.6- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das multas aos cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação nos autos perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III, da Lei 2423/96. Expirado prazo estabelecido, os valores das



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 11/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 11/2016 – TCE-Tribunal Pleno)

multas deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição das penalidades na dívida ativa e a instauração da **Cobrança Executiva** em caso de não-recolhimento dos valores das condenações, *ex vi* do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.7- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento dos valores aplicados em alcance a responsável, para que sejam devolvidos aos cofres da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte, com a devida comprovação nos autos perante a este Tribunal, acrescido de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art 72, III, da Lei nº 2.423/96 e art 169, I, da Resolução nº 04/02, autorizando desde já a inscrição do débito na dívida ativa e a instauração da **Cobrança Executiva** em caso de não recolhimento dos valores das condenações, *ex vi* do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.8- Recomendar à Origem a estrita observância às normas constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis à Administração Pública Direta e Indireta, notadamente a Lei 8.666/93, Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 4320/64, Lei nº 2423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM), bem como a Resolução n. 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM);

9.9- NOTIFICAR a Sra. **Anete Peres Castro Pinto**, Prefeita e ordenadora de despesas do órgão à época, com cópia do Relatório-Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso.

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 09 de Março de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral